

Igreja católica, “influenza hespanhola” e áreas de pobreza no Recife – PE (1918)

Catholic Church, Spanish Flu and Poverty in Recife – PE (1918)

Dirceu Marroquim

 <https://orcid.org/0000-0001-8451-6239>
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre a atuação de integrantes da Igreja Católica, no Recife, durante a epidemia da “Influenza Espanhola”. Analisarei precisamente alguns cenários específicos, sobretudo o da atuação dos religiosos e religiosas em áreas de pobreza da cidade e como a circulação territorial destes e destas estavam conectados com um cenário mais amplo de atuação da Cúria Romana. Assim, utilizei como fontes documentais dois suportes aparentemente distintos. De um lado, documentos sobre e produzidos por integrantes da Igreja Católica, desde livros de crônicas e diários, até periódicos oficiais da Arquidiocese de Olinda e Recife. Do outro, um conjunto de documentos egressos da repartição de higiene pública e da diretoria de estatística. Com isto, procuro estabelecer um elo entre a pandemia de Gripe Espanhola pode ter sido elo para o processo de expansão da Igreja Católica em direção às áreas periféricas do centro urbano do Recife. Como resultado, procuro ampliar as conexões entre Igreja Católica, pobreza e assistência social com atenção às transformações sociais operadas naquele período. Parto do pressuposto de que as fronteiras de atuação destas instituições são compartilhadas por mútuas transformações que revelam flagrantes desigualdades sociais.

Palavras-chave: Igreja Católica. Gripe Espanhola (1918). História Social. Pobreza. Recife-PE.

Abstract: This article aims to reflect on the actions of members of the Catholic Church in Recife during the “Spanish Influenza” epidemic. I will analyze some specific scenarios, especially the role of religious men and women in poor areas of the city and how their territorial circulation related to a broader scenario of action of the Roman Curia. Thus, I used as documentary sources two apparently different supports. On the one hand, documents about and produced by members of the Catholic Church, from books of chronicles and diaries to official periodicals of the Archdiocese of Olinda and Recife. On the other hand, the public hygiene department and the statistics directorate issued a set of documents. With this, I try to establish a link between the Spanish flu pandemic that may have been a link to the process of expansion of the Catholic Church towards the peripheral areas of the urban center of Recife. As a result, I seek to expand the connections between the Catholic Church, poverty, and social assistance with attention to the social transformations that operated in that period. I start from the assumption that the frontiers of action of these institutions are shared by mutual transformations that reveal flagrant social inequalities.

Keywords: Catholic Church. Spanish flu (1918). Social History. Poverty. Recife - Pernambuco.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Alegre-se e regozije-se em tua misericórdia, consideraste salvo
minha alma.
Pro quacumque necessitate

Em qualquer angústia clama por mim que eu vou ouvi-los, e eu
serei seu protetor sempre.
Pro quacumque tribulatione

As duas frases citadas acima faziam parte de uma das recomendações do então Arcebispo de Olinda, D. Sebastião Leme, aos religiosos de sua diocese. Segundo ele, “todos os revdms. Sacerdotes do clero secular e regular deem na santa missa, as orações n.12 e n.13, alternadamente, “pro quacumque necessitate” e “pro quacumque tribulatione”. De um lado, o agradecimento pela salvação, do outro, o clamor pela misericórdia diante dos momentos difíceis pelos quais, possivelmente, estavam passando os fiéis e a própria Igreja. O pedido do prelado foi impresso na primeira página da edição de 24 de outubro de 1918 da *Tribuna Religiosa*, editado pela Arquidiocese de Olinda, cuja lauda traz outra informação interessante para o presente texto: a de que os mesmos sacerdotes e “comunidades religiosas façam público que o sr. Arcebispo, em nome do povo, fez uma promessa a São Sebastião, em cuja honra será celebrada missa em todas as igrejas, logo que termine a peste” (TRIBUNA RELIGIOSA, 24/10/1918, p.1).

Essa peste, contra a qual D. Leme havia feito a sua promessa, era a “Influenza Hespânica” que, em seu curso de circulação global, chegara ao Recife no começo daquele mês. É difícil estimar a quantidade precisa de pessoas que morreram ao redor do mundo, mas pesquisadores sugerem que o número foi, aproximadamente, de 50 milhões de óbitos (AASSVE, 2021). Mais do que os confrontos bélicos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). No Brasil o número de mortos é estimado em cerca de 35 mil, afetando, sobretudo, grupos sociais em condições de vulnerabilidade social. Como afirmou Schwarcz e Starling (2020, p.104): “a maioria das vítimas provinha das camadas populares daqueles grupos chamados de ‘indigentes’ pelas autoridades. A pandemia escancarou, uma vez mais, a perversa desigualdade social brasileira”.

É precisamente a complexidade social que emerge da relação entre uma pandemia devastadora, a religiosidade e as desigualdades sociais flagrantes que este artigo pretende analisar. Trata-se do entrecruzamento de dois processos: o primeiro deles refere-se a expansão territorial da Igreja Católica para as áreas periféricas dos centros urbanos, movimento acentuado nas primeiras décadas do século XX. O segundo, coloca em tela as péssimas e históricas condições de salubridade das populações urbanas em uma cidade como a do Recife, cujas fissuras internas foram escancaradas na pandemia de Gripe Espanhola. Este artigo, portanto, procura investigar a atuação da Igreja Católica, a partir da Arquidiocese de Olinda, durante os anos daquela influenza e como esta apresentou-se como um agente importante na construção de uma rede de assistência social no decorrer do século XX.

Em relação às fontes optei por utilizar dois conjuntos distintos. De um lado, o da documentação eclesiástica, seja publicada nos “Avisos” do Arcebispo nos periódicos católicos do estado, seja através de relatórios e crônicas produzidas por integrantes da Igreja às pessoas situadas acima na hierarquia eclesiástica. Do outro, utilizo os relatórios produzidos pelo diretor da Higiene Pública, que permitem compreender a atuação do órgão estatal frente à Gripe Espanhola. Privilegiei esta fonte em detrimento dos periódicos de grande circulação, pelo fato de ter sido um conjunto documental em grande parte relegado pelas pesquisas

realizadas até o momento. Seja no recente trabalho de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2020), seja no de Alexandre Caetano da Silva (2017), ou no de Alexandre Farias (2008), as fontes produzidas pelo Governo do Estado foram silenciadas, exceto por Silva, que apesar de trazer o relatório nos anexos do seu trabalho, optou por um uso pontual do documento, recorrendo majoritariamente à análise dos jornais. O relacionamento entre essas duas naturezas de fonte encontra-se transformada em narrativa a partir de uma análise do território.

A pessoa que estiver lendo este texto pode se perguntar a respeito de algumas categorias às quais recorro com frequência, sobretudo a de periferia e a de territorialidade. Deste modo, explico aqui de maneira pontual, o motivo das escolhas. A noção de *periferia*, que ganhou corpo conceitual ainda na década de 1970, surgiu como uma explicativa para definir a complexa situação do avanço das cidades e das suas flagrantes desigualdades (TANAKA, 2006, p. 21-24). Apesar de tratar, neste texto, de período distinto do qual a ideia surgiu, tomei a liberdade de me apropriar do conceito no intuito de complexificar as relações de desigualdade urbana na primeira metade do século XX. Sobre *territorialidade*, me aproximo dos debates realizados por Rosendahl, que entende este conceito associado ao de religião como um “um conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território, onde o efeito do poder do sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo” (ROSENDAHL, 2005). São destas perspectivas que construí a argumentação aqui defendida, que é a de que a Gripe Espanhola pode ter deixado como herança para alguns dos representantes da Igreja Católica ali atuantes uma maior compreensão do território e das necessidades espirituais e materiais dos sujeitos que habitavam as áreas periféricas do Recife.

Desse modo, o presente artigo foi estruturado em três tópicos: no primeiro farei uma análise da situação da Igreja Católica naquele momento, enxergando as suas ações dentro de uma perspectiva ampla observando os movimentos globais e como estes se inseriam dentro da realidade brasileira, sobretudo na Arquidiocese de Olinda. Em seguida, realizarei apontamentos sobre a cidade do Recife nesse cenário, a sua composição social e como a ideia de territorialidade e religião estavam em constante diálogo naqueles anos iniciais do século XX. Por fim, trarei à baila a atuação dos representantes da Igreja Católica no Recife entrecruzando as dimensões espaciais e as suas práticas sociais no contexto específico da epidemia de 1918. Pretendo, com isto, estabelecer uma reflexão mais ampla sobre a ampliação dos trabalhos realizados por comunidades católicas em áreas de periferia e a maneira como a pandemia de “Influenza Hespânica” estabeleceu novas balizas de atuação para o desenvolvimento de ações sistemáticas nos anos posteriores.

Igreja Católica e territorialidades

Em janeiro de 1918 o mesmo D. Sebastião Leme, em “grande solenidade”, instalou mais uma paróquia à sua Arquidiocese: a de Beberibe. O evento reuniu uma quantidade significativa de pessoas, “fiéis, associações do Apostolado e Doutrina Cristã”, entre tantos outros presentes que fizeram daquele momento uma noite de festa. Na narrativa feita pelo jornalista, foi afirmado que o “largo da matriz achava-se belamente adornado, tendo à noite queimadas diversas peças de fogos de artifício”. A celebração era ainda animada pela “banda musical da força pública”, que tocou durante toda a festa (TRIBUNA RELIGIOSA 17/01/1918, p.1).

Beberibe pertencia à cidade de Olinda e fazia fronteira com capital do estado, há alguns quilômetros das áreas centrais do Recife, mas conectado a estas pela linha férrea que

fazia do lugar um eixo importante de passagem¹, era uma região alagadiça e repleta de casebres. Havia uma igreja central, alguns estabelecimentos comerciais e, mais do que isso, uma quantidade significativa de pessoas, formas associativas de vivência católica, entre outros elementos que justificava a criação de uma nova paróquia.

Um exemplo disto foi a “Santa Missão” realizada naquele lugar em 1915, antes da chegada de D. Leme no ano de 1916, cujos franciscanos responsáveis realizaram “cerca de 100 casamentos; 260 crismas; 1.200 comunhões; 1ª Comunhão solene de quase 40 crianças” (LIVRO DE CRÔNICAS, 1912-2005). Além dos ritos, realizou-se a procissão do Santíssimo Sacramento que “foi feita com muita ordem e piedade. Percorreu o itinerário: praça de Beberibe, estação do Porto da Madeira, São Benedito, Matumbo, Caenga, ponte do rio e praça de Beberibe. Assistiram à procissão cerca de 4-5 mil pessoas” (LIVRO DE CRÔNICAS, 1912-2005). A impressão registrada pelos religiosos ao cronista do Convento de Santo de Santo Antônio foi a de que “houve grande entusiasmo entre os fiéis na última noite pela Religião, pela Fé Católica” (LIVRO DE CRÔNICAS, 1912-2005). Narrativa semelhante aconteceu em outros lugares distantes dos centros urbanos, deixando a impressão de que efetivamente havia uma transformação na presença da Igreja Católica no território urbano da cidade.

Esse movimento não era gratuito, uma vez que a própria Cúria Romana ditava os caminhos para a configuração interna das suas unidades administrativas. Desde o papado de Pio IX (1846-1878), mudanças profundas no reposicionamento do catolicismo foram sendo operados, sobretudo uma maior atenção aos países do cone sul do continente americano. A criação do *Pio Colégio Latino*, em 1858, é um exemplo disto, cujo objetivo era o de formar sacerdotes voltados especificamente para o trabalho nesse campo de atuação diante de todas as suas especificidades. O papa seguinte, Leão XIII (1878-1903), assim como os seus sucessores, Pio X (1903-1914), Bento XV (1914-1922), mantiveram a América Latina sempre ao alcance da vista. Uma das medidas realizadas ao longo desses anos foi a consolidação de novas dioceses, cujo resultado foi a intensificação da presença da Igreja em territórios nos quais antes dificilmente se fariam presentes. Em 1900, por exemplo, o México ganhou 7 novas dioceses, o Peru 4, Chile e Venezuela 2 (EDWARDS, 2011, p. XX). Sem contar com o crescimento no Brasil, que entre 1890 e 1930 foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e três prefeituras apostólicas (MICELI, 2009, p. 31).

A antiga Diocese de Olinda, por exemplo, teve a sua jurisdição esquadrinhada, facilitando uma presença mais ostensiva do bispo, além de um controle maior sobre os clérigos. Logo em princípios do século XX, foram criadas as dioceses da Paraíba (1892), que congregava inicialmente o Rio Grande do Norte, e a de Maceió (1900). Só isto inicialmente significava uma redução territorial da jurisdição de Pernambuco. Posteriormente foram criadas novas divisões eclesíásticas no próprio estado. Primeiramente a Diocese de Pesqueira (1910), a de Floresta (1910), a de Garanhuns (1918), a de Nazaré (1918) e, por último, a de Petrolina (1923). Sérgio Miceli ainda pontuou que parte das Dioceses criadas no Brasil daqueles anos criava um bolsão circundando o Juazeiro, sob forte influência do Pe. Cícero Romão e de movimentos que lembrassem de alguma forma o Arraial de Canudos (MICELI, 2009, p. 61; Alves, 2019). A nova configuração é classificada por Lisa Edwards como uma “redistribuição das responsabilidades de uma maneira mais racional e eficiente” (EDWARDS, 2011, p.18). A mesma lógica de reordenamento territorial foi traduzida das dioceses para as paróquias. No Recife, em 1900, havia oito destas unidades administrativas, mais de vinte anos depois somavam-se 14 ao todo, um aumento de 42,8%, com uma jurisdição territorial muito menor

¹ Nos anos de 1930 o bairro de Beberibe passou a pertencer à cidade do Recife. (*Jornal do Recife*, 13/09/1933, p.1).

do que existia anteriormente (VIANNA, 1900, p. 163-165; PERNAMBUCO, 1928, p.187). Essas transformações em âmbito eclesial acompanhavam também o crescimento urbano da cidade e de sua população. Esta partiu de 192.085, em 1895, para 238.843 pessoas em 1920 (BOLETIM DO PORTO E DA CIDADE DO RECIFE, 1943, p. 97).

É válido ainda observar que os dados de expansão da Igreja Católica estão conectados com um evento significativo para a configuração política do Brasil: a Proclamação da República (1889). O resultado prático disso é que com a constituição de 1891, foi promulgada a separação oficial entre o poder religioso e o civil, produzindo uma liberdade maior das escolhas eclesiais sem passar pelas esferas estatais, embora, esses limites fossem confusos mesmo depois da derrocada do império do Brasil (MARROQUIM, 2020, p. 43). O encerramento desses laços possibilitou uma nova conformação jurídica que permitiu a entrada de sacerdotes estrangeiros, sobretudo de ordens religiosas, impedidos desde meados do século 19 de se renovarem, com a proibição da entrada de noviços (Cf. NABUCO, 1897, p. 304).

Em Pernambuco, esse crescimento do número de sacerdotes pode ser verificado se compararmos os censos de 1872 e o de 1920. A quantidade de religiosos brasileiros se manteve basicamente a mesma ao longo desses 48 anos, de 235 em 1872, para 266 em 1920, o de religiosos estrangeiros aumentou em 16 vezes o seu quantitativo, de 8 para 129 (BEOZZO, 1983, p. 108). Se levarmos em conta a proporção de crescimento, o número total de religiosos e religiosas aumentou 49,32% no recorte temporal em tela. No mesmo período de 1880 a 1930 entraram 96 congregações, dando um salto de 296 irmãs em 1872, para 8.826, em 1935. Estima-se que cerca de 60% deste volume eram de religiosas brasileiras, em contraposição com a das ordens masculinas (SERBIN, 2008, p. 95). No entanto, na prática, esse aumento foi ainda maior, uma vez que o território da Arquidiocese foi reduzido significativamente. Esses dados servem como indício para compreendermos a transformação que estava em curso naqueles anos no solo pernambucano.

Esse movimento materializava um processo que desde pelo menos fins do século XIX havia sido iniciado: a construção da percepção de que a Igreja Católica precisava ocupar novos territórios, construir outras legitimidades diante de um mundo que se mostrava adverso a muitos aspectos da sua doutrina. E esse era um fenômeno que estava acontecendo em diversas regiões da América Latina, cujo ponto de inflexão nesse sentido foi a realização do “Concílio Plenário Latino-Americano” realizado no ano de 1899, que contribuiu para a consolidação de um projeto comum de Igreja nos países do cone sul do continente americano (SLOANS, 2020). Assim, é possível verificar um crescimento muito semelhante nos diversos países como o Peru, a Argentina, Colômbia, entre outros (RAMACCIOTI, 2018; GHIO, 2007; LODOÑO-VIEGA, 2002).

Era, por assim dizer, construir soluções conjuntas para questões caras àquele período, sobretudo à *questão social*. Era como se a hierarquia da Igreja Católica colocasse a instituição como uma das vias de resolução das desigualdades que emergiam do fluxo da industrialização. Isto resultava em uma recusa sistemática ao socialismo e um maior equilíbrio na obtenção dos lucros e a boa relação entre operários e patrões. A encíclica *Rerum Novarum* (1891), servia como um ponto de partida fundamental para os posicionamentos posteriores da Igreja Católica, com uma intensa participação na vida social.

No caso específico da Arquidiocese de Olinda durante o século XX a ação dos prelados consolidou gradualmente a presença da Igreja Católica em áreas onde, nem o Estado, nem a própria Cúria, havia marcado presença ainda. O período no qual D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1916-1921) esteve no comando daquela jurisdição foi emblemático nesse sentido. Ao assumir a arquidiocese encaminhou à comunidade católica de Pernambuco

a sua primeira carta pastoral de 1916, que era antes um roteiro de ação que um documento teológico, no qual conclamava os leigos ao campo de batalha estruturando as bases da “ação católica” na sua prelazia. O bacharel Lacerda de Almeida, formado pela Faculdade de Direito do Recife e militante católico, sinalizou que o documento trazia pontos fundamentais para o posicionamento da Cúria Romana em Pernambuco naquele momento: a eucaristia frequente, a educação católica e o estímulo à criação de novas associações cristãs distribuídas por todo território. Para o autor, D. Sebastião Leme, “em vez de um cumprimento banal, formulou um programa, traçou uma rota, apontou um futuro largo e benéfico, que só da reconciliação do Brasil com o catolicismo nos poderá advir” (ALMEIDA, 1917, p. 171).

Logo no início do seu período como Arcebispo de Olinda, já no ano de 1917, implementou o “Laus Perenne”, que visava celebrações diárias alternadamente pelos templos da capital pernambucana: “Domingo, Convento do Carmo, II feira Matriz da Graça, III feira Convento de São Francisco (Santo Antônio), IV feira Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Salesianos, V feira Matriz da Boa Vista, VI feira Matriz de S. José, Sábado Igreja da Penha” (LIVRO DE CRÔNICAS, 1912-2005). Além do estímulo às devoções já tão difundidas no universo católico pernambucano, como a do Sagrado Coração de Jesus através do Apostolado da Oração, outras ações passaram ser uma recomendação do Arcebispo aos párocos no intuito de operacionalização da sua ação pastoral, sobretudo entre os anos de 1917 e 1918. Um artigo publicado no periódico da Arquidiocese de Olinda deixa entrever a diversidade dessas associações leigas, sob orientação clerical no âmbito da paróquia:

- *Homens*: - Congregação de Doutrina cristã (meninos até aos doze anos); Pia União de S. Luiz (para os mesmos, depois de deixarem a Congregação da Doutrina Cristã); União Paroquial (para moços, maiores de 16 anos).
- *Mulheres*: - Congregação da doutrina cristã (obrigatória, ensino religioso das meninas); Associação dos Santos Anjos (meninas maiores do Catecismo de Perseverança e outras até 16 anos); Filhas de Maria (depois de dezesseis anos); Apostolado da Oração, Senhoras de Caridade, Mães Cristãs, etc. (TRIBUNA RELIGIOSA, 24/10/1918, p. 1)

Destaco a Congregação da Doutrina Cristã, associação de caráter local voltada à realização de catequese para meninas e meninos, que foi instalada por ordem de D. Sebastião Leme. No aviso n. 39 enviado pelo governo arquidiocesano havia o informe aos “srs. Vigários que ainda não instituíram em suas paróquias a ‘Congregação da Doutrina Cristã’, ainda uma vez recomenda s. exc. Rvdma. O cumprimento dessa grave prescrição canônica” (TRIBUNA RELIGIOSA, 07/02/1918, p. 1). Anualmente cada uma destas associações produzia, sob a tutela do prelado, uma festa anual inicialmente nas paróquias e depois uma celebração que concentrasse os esforços isolados². No intuito de coordenar estas ações de maneira sistemática o Arcebispo previa a criação da “Confederação das Associações Católicas”, nas seções masculina e feminina, a qual reuniria as associações paroquiais nas suas mais diversas naturezas como ação conjunta. O decreto de D. Sebastião Leme previa que os outros grupos a serem fundados “na capital e as que já existem no interior, irão agregando-se à Confederação, mediante convite ou aceitação deste decreto” (TRIBUNA RELIGIOSA, 26/09/1918, p. 1). Essas associações espalhavam-se no território urbano constituindo-se como um novo e importante agregador social.

O mês de outubro de 1918 foi particularmente importante para o intuito do Arcebispo de Olinda. Todas as suas propostas estavam se consolidando com franca participação dos

² No ano de 1918 diversas celebrações ocorreram vinculadas a esta atividade coordenada entre paróquias. A esse respeito ver: *A Gazeta*, 15/07/1918; *Tribuna Religiosa*, 21/03/1918; 14/02/1918.

paroquianos de diversas localidades, na *Tribuna Religiosa*, por exemplo, há um registro das festividades Semana Eucarística, que reunia procissões, adorações noturnas ocorridas em diversas regiões do Recife. Inclusive nas áreas distantes, como Afogados, Piedade, Graças, Tamarineira, Torre, Várzea, locais a respeito dos quais me deterei um pouco mais adiante. (TRIBUNA RELIGIOSA, 10/10/1918, p. 1).

Na mesma semana do efusivo anúncio das atividades católicas, havia uma nota em espaço diminuto cujo conteúdo era o seguinte: “Devido ao estado sanitário do Recife, a comissão promotora da Semana Eucarística oficial que tinha começado no domingo último na Matriz da Boa Vista, resolveu suspender as solenidades, temporariamente, desde a terça feira passada” (TRIBUNA RELIGIOSA, 10/10/1918, p. 1). Apesar de reconhecer a gravidade da situação, a nota sequer mencionou que, pelo menos uma das procissões mencionadas no parágrafo anterior, a do bairro da Várzea, “teve um acompanhamento que jamais foi visto ali”, reunira um público cuja “maioria das pessoas com um profundo sentimento religioso, acompanhava a cerimônia de pés descalços, promessa a S. Sebastião para livrá-la do mal que está grassando” (JORNAL PEQUENO, 07/10/1918, p. 1). Esse mal era a “influenza espanhola” que desembarcara violentamente no Recife em fins de setembro e sobre a qual me deterei no próximo tópico.

“O mal dos Armazéns”: a Gripe Espanhola e o Recife

O ano de 1918 foi difícil para parte da população brasileira. A entrada do país na I Guerra Mundial em 1917 e o consequente aumento do preço dos itens cotidianos, como o da farinha de trigo, por exemplo, gerou a irrupção de tensões que vinham se agravando ao longo dos anos (JORNAL DO BRASIL [RJ], 10/01/1918, p. 1). Como resultado, aumentava-se a carestia de vida, sendo um fenômeno que alcançava os principais centros urbanos do território nacional, como o Recife, Salvador e o Rio de Janeiro.

Christiane Souza, citando um trecho publicado no jornal *A Tarde*, da cidade de Salvador, escreveu: “Apiedai-vos do povo, já na iminência da fome! Pão, bacalhau, charque e açúcar. Urge baixar-lhes os preços proibitivos para a pobreza. A crise alimentícia torna-se intolerável” (SOUZA, 2005, p.75). Narrativa semelhante foi impressa no jornal *A Gazeta*, era publicada pela Paróquia da Boa Vista, na área central da capital pernambucana: “O operariado, notadamente o das fábricas, que é o mais abundante da capital, sentindo cada vez mais opressiva e angustiosa a carestia da vida, reclama aumento de salários” (A GAZETA, 06/10/1918, p. 3). Tudo isto significa que a chegada da Gripe Espanhola se deu em um momento crônico de desabastecimento de mercadorias essenciais do cotidiano da população.

O então responsável pela Diretoria de Higiene Pública de Pernambuco, Otávio de Freitas, apontou que a inserção do vírus aconteceu um pouco mais tarde, no dia 25 daquele mês nas docas do Recife. Segundo ele, “a Saúde do Porto, sob o fundamento de se tratar de ‘simples doentes de influenza’, moléstia não capitulada de pestilencial exótica, nem de notificação obrigatória, deixava-os saltar [passageiros e tripulantes] sem mais formalidades e os navios empestados eram visitados por todo mundo”. E continuou em seu relatório afirmando que àquela altura “todos supuseram, com muitas probabilidades de acerto, tratar-se, senão de uma entidade nozográfica nova, ao menos de uma ‘influenza’ bastarda: - uma ‘influenza hespanhola’ contraposta a uma ‘influenza nostra’” (FREITAS, 1918, p. 6). Embora estudos recentes apontem que a chegada do vírus ao Recife tenha ocorrido já no dia 9 de setembro, através dos tripulantes do navio Demerara (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 60), a presença marcante da região portuária nas narrativas reitera e reforça que aquele foi primeiro foco de disseminação da Gripe.

Os principais atingidos inicialmente pela doença que desembarcava no porto do Recife eram os funcionários da Recebedoria do Estado, que, segundo Freitas, sofriam do “mal dos armazéns”. O argumento do diretor da Higiene Pública, que assumiu o cargo no meio da crise sanitária depois da morte do seu antecessor em decorrência da “espanhola”, é de que esses trabalhadores, “residindo em diferentes e distantes lugares da cidade foram, deste modo, os disseminadores pelo Recife inteiro do mal contraído nos armazéns do Porto, sem que disso lhes coubesse a menor partícula de responsabilidade” (FREITAS, 1918, p. 6). O fato é que já em 08 de outubro, o jornal de oposição ao governo Manoel Borba publicava: “continua a se propagar com grande intensidade a ‘influenza hespanhola’ ou gripe em toda cidade e nos arrabaldes alastrando-se pelo interior do estado. O aspecto da capital nos últimos dias tem sido contristador, pois várias casas comerciais cerraram as suas portas devido à influenza ter atacado os patrões e empregados”. No mesmo artigo há a informação de que já àquela altura “o serviço de assistência pública tem sido prejudicado com essa triste situação pois todos os enfermeiros e demais empregados e médicos se acham afetado da epidemia” (A PROVÍNCIA, 08/10/1918, p. 2). Ou seja, não havia a quem recorrer.

O serviço de transporte, os bondes, visto pela Diretoria Higiene como um importante vetor de transmissão, também reduzia drasticamente a sua circulação devido ao fato de que grande parte dos motorneiros, condutores e dos serviços administrativos estarem adoecidos (A PROVÍNCIA, 08/10/1918, p. 2). Os tipógrafos também adoeceram. Vários jornais da capital pernambucana tiveram sua circulação suspensa durante alguns dias, segundo texto publicado na *Gazeta*, “todos os jornais diários do Recife tiveram a maioria dos seus auxiliares, tanto de redação, como de oficinas, atacados de influenza. Apenas o *Jornal do Recife* perdeu um auxiliar do escritório e um tipógrafo. A *Ordem* foi forçada a suspender a sua circulação” (A GAZETA, 27/10/1918, p. 3). É provável que muitas dessas pessoas, trabalhadoras e trabalhadores, morassem em regiões da cidade situadas em áreas precárias de qualquer recurso de salubridade pública, sem esgotamento sanitário, água potável, etc. Não coincidentemente, estas regiões foram as regiões mais atingidas pela “influenza espanhola”.

Ao todo, naquele mês de outubro, morreram 2.251 pessoas. Para termos uma ideia, no mês anterior, em setembro, houve 526 óbitos, ou seja, um aumento aproximado de 428% no número de mortes (FREITAS, 1918, p.7). Apesar de no Recife ter uma sazonalidade relativamente grande de moléstias, como a de febre amarela (1895), de varíola (1896), disenteria (1904), nenhuma destas chegou perto em termos de número de mortes, exceto pela epidemia de cólera, que havia dizimado 2.065 pessoas, numa população “quatro vezes menor” da que possuía em 1918 (FREITAS, 1918, p.7). No entanto, em números absolutos, a “influenza” foi a doença que mais matou no Recife até aquele momento.

É difícil dizer precisamente qual o perfil das pessoas mais atingidas pela moléstia. Porém, é possível supor, através de variados indícios que a população de pouco acesso a recursos pecuniários e majoritariamente negra era frontalmente maculada pelo vírus. Em fins de outubro o jornal católico *A Gazeta* aponta que a epidemia roubava “vidas preciosas e [assolava] de forma violenta no seio das classes pobres” (A GAZETA, 27/10/1918, p. 1). Quando somamos a este relato alguns outros dados levantados pela Diretoria de Higiene de Pernambuco dos locais onde mais se morreram pessoas é possível começar a cruzar as informações.

O gráfico abaixo mostra bem essa divisão territorial. É certo que através de outros relatos, como os que serão apresentados mais abaixo, existem algumas ausências no levantamento realizado pela repartição pública, mas, de todo modo, serve de referência para termos uma ideia precisa dessa distribuição espacial.



Tabela 1: Divisão espacial das mortes pela gripe espanhola, no Recife, em 1918. (Freitas, 1918, p. 12)

Apesar de haver uma definição legal para estas áreas, tais como: urbana, suburbana e rural, na prática era difícil definir qual a fronteira entre uma e outra para além das normativas municipais (RECIFE, 1919, p. 7). Isto pode ser verificado em uma rápida análise do perfil das habitações publicado no censo de 1913, no qual foi constatado que 43% das moradias eram de mocambos³. Das demais, 23% eram casas de taipa e 34% das residências eram de alvenaria (RECENSEAMENTO, 1913, p. 83). Ou seja, o Recife era uma cidade majoritariamente marcada pela fragilidade das suas construções, de paisagens de barro seco em terra húmida, que revelava a precariedade da vida dos seus habitantes. Que, como bem mostra Brodwyn Fischer, eram sujeitos cuja dimensão racial era silenciada nos termos legais. Segundo a autora, esse Recife marcado pela informalidade “emergiu no contexto da Abolição, e em vários sentidos serviu para perpetuar os sistemas de poder que haviam sustentado a escravidão” (FISCHER, 2020).

A construção dos dados de espacialização das mortes pela Gripe Espanhola apresenta algumas distorções percebidas já por Otávio de Freitas, quando apontou em seu relatório que a quantidade de mortos se deu majoritariamente na Boa Vista, bairro com que contava com 88% das residências de alvenaria, 4% de mocambos e 8% de taipa (RECENSEAMENTO, 1913, p. 83)⁴. Segundo ele, o número se justificava pelo fato de ali estar localizado a maior parte dos hospitais da cidade e como nos registros ficaram marcados o lugar das mortes. Sendo assim, o bairro de Afogados passou a concentrar, segundo o relatório do Diretor da Higiene Pública, a maior quantidade de óbitos por lugar de efetiva ocorrência.

Afogados representava bem o perfil dos habitantes do Recife que mais sofreram naquele episódio. Diferentemente do bairro anterior 64% das residências eram de mocambos, 13% de taipa e 22% de alvenaria (RECENSEAMENTO, 1913, p. 83). Soma-se a isto o fato de

³ Gilberto Freyre afirmava que a palavra “mocambo” era originária do idioma quimbundo e referia-se à comunidade quilombola, esconderijo. Só posteriormente passou a ter uma acepção de moradia informal, barraco, favela (cf. FISCHER, 2020).

⁴ Esta classificação foi proposta pela diretoria de estatística de Pernambuco, as casas de alvenaria são as de “pedra e cal”, de tijolo. As casas de taipa, apesar de serem quase sempre de terra batida, que preenchia treliças de madeira, tinha uma característica construtiva de um pouco mais sólida em comparação aos mocambos. Estes representavam maior fragilidade construtiva com uso de material variado, tanto nas paredes, quanto nas suas cobertas.

a localidade ter destacada densidade demográfica. A terceira localidade mais atingida, de acordo com o Relatório, foi a das Graças que possuía 48% das casas de alvenaria, 32% de mocambos e 20% de taipa (RECENSEAMENTO, 1913, p. 83), conformação que trazia um perfil misto para a localidade, onde os casebres margeavam velhos sítios e casarões datados ainda do século XIX (PONTUAL, 2001, p. 424).

O bairro de São José, sobretudo o seu segundo distrito que ficava mais próximo de Afogados, possuía 43% das casas de mocambo, 36% de alvenaria e 21% de taipa, foi o responsável pela notificação de 10% das mortes pela gripe espanhola. Seguidos pelo Poço (9%), que possuía 56% de mocambos, 26% de taipa e 18% de alvenaria, assim como a Várzea (6%), cuja quantidade de residências de taipa era de 51% de taipa, 38% de mocambos e 11% de alvenaria (RECENSEAMENTO, 1913, p. 83). Não é gratuito que nos anos de 1940 o geógrafo Mário Lacerda de Melo ter chamado a cidade do Recife de Mocambópolis, dada a presença daquele tipo de habitação nas mais diversas áreas da capital pernambucana (LACERDA, 1940).

Os dados apresentados no censo de 1913 sugerem uma possível ligação entre o alcance da epidemia de “influenza hespanhola” e as áreas de pobreza do centro urbano em questão. Regiões adensadas, sem qualquer planejamento urbano, cujo crescimento se deu de maneira orgânica, com moradias saídas do barro do chão e transformadas em paredes frágeis, com pouca ou nenhuma base de sustentação. Era a materialidade do pós-abolição no território da cidade. Não é de se estranhar que 75% dos óbitos do Recife tenham ocorrido nas casas das pessoas, em “casas sem ar e sem luz, umas amontoadas sobre as outras e dotadas em ruas tão estreitas que mais pareciam vielas escuras e becos sem saídas” (FREITAS, 1919, p. 6).

Otávio de Freitas, diretor da Higiene Pública, ainda atribuía a alta mortalidade no Recife à precariedade sanitária e ao insucesso do projeto de construção de uma rede de saneamento iniciado em 1911, sobre o qual “basta dizer que o número de casas a esgotar sendo aproximadamente de 16 mil, até hoje, menos de 3 mil têm sido saneadas!” (FREITAS, 1919, p. 8). Apesar da sua narrativa trazer informações sobre os deslizamentos da administração pública do Estado na contenção da Gripe Espanhola, Freitas fez um esforço para deslocar o alcance da calamidade para as condições históricas da precariedade da infraestrutura urbana da cidade.

O mencionado relatório, além das lacunas apontadas pelo seu autor, deixa margem para um questionamento: será que outros bairros ainda mais adensados que os elencados acima não tiveram nenhum óbito registrado pela Diretoria de Higiene? É o caso, por exemplo, é o populoso bairro da Encruzilhada, que concentrava quase 14% das residências do Recife de acordo com o censo de 1913, e tinha aproximadamente 77% de mocambos, 17% de taipa e apenas 6% de prédios de alvenaria. O mesmo podemos questionar sobre o bairro de Santo Amaro, cujo número de mocambos somava 71% de mocambos, 24% de alvenaria e 5% de taipa, ou sobre o subúrbio operário do bairro da Torre, que tinha a composição de 58% das casas de taipa, 33% de mocambos e apenas 9% de residências de alvenaria (RECENSEAMENTO, 1913, p. 83). É difícil imaginar que áreas cujo grau de informalidade urbana era tão acentuado, como o bairro de Afogados que mais sofreu com a Gripe Espanhola, não tivesse um destino parecido.

O descompasso entre os dados do relatório de Otávio de Freitas e o alcance da epidemia no Recife pode ser observado a partir da análise de outras fontes até então pouco observadas. E é a partir daqui que a Igreja Católica, ou melhor, os seus representantes, se entrecruzam efetivamente com o surto da “influenza” de 1918. Tomarei como eixo narrativo o relatório sobre as visitas aos doentes da Gripe Espanhola, escrito pela freira Maria Mercedes,

pertencente à ordem das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, cujo carisma dedicava-se ao trabalho junto à pobreza.

Igreja Católica, epidemia e práticas sociais

Um olhar processual para a relação entre autoridades católicas e seculares pode revelar alguns elementos importante, seja pela proximidade, seja pela distinção. Um exemplo disto foi a Seca da década de 1870, que trouxe uma intensa leva migratória de flagelados para o Recife. A complexa e desigual realidade social recifense ficava ainda mais evidenciada nos momentos de calamidade e as irmandades católicas tinham uma importância significativa neste cenário (JUNQUEIRA, 1871, p. 32). Assim, havia uma forte intersecção entre a atuação destes grupos e o que se compreendia à época como assistência pública. O que não implicava, necessariamente, na presença de clérigos, ou membros de uma elite eclesiástica na centralidade da iniciativa.

Em princípios do século XX, a partir de todos os argumentos expostos no primeiro tópico deste texto, havia uma maior centralidade na atividade clerical como agentes das ações caritativas, não mais vinculados ao Estado. Por mais que houvesse fluxos que reiterassem uma continuidade das relações entre o mundo civil e o espiritual, o clericalismo toma uma proporção significativa em relação às experiências oitocentistas. A Cúria Romana, no Brasil, se mostrava fortalecida e com estratégias de atuação bem delineadas. Assim, as experiências dos religiosos e das religiosas durante o surto da Gripe Espanhola aparece como parte de um processo que flerta com a construção de territorialidades e ocupação do espaço público.

Nesse sentido, o posicionamento da Igreja Católica em relação à epidemia de 1918 não foi ainda alvo de um estudo sistemático. No entanto, é possível coletar algumas indicações dessa atuação. Em Salvador, o Arcebispo Primaz do Brasil, D. Jerônimo Tomé da Silva mandou celebrar em todas as igrejas da cidade o “recordare contra pestem”, rito implementado por Clemente VI para barrar o avanço da peste bubônica no século XIII, além de estimular a exibição pública da imagem de São Roque, invocado especificamente na luta contra as pragas (SCHWARCZ & STARLING, 2020, p. 90). No entanto, além dos recursos teológicos, os Beneditinos, por exemplo, designaram as instalações do “Mosteirinho de Mont Serrat, que servia como sanatório aos religiosos, para abrigar os ‘espanholados’” (SOUZA, 2005).

Em São Paulo, segundo Dilermando Ramos Vieira, a Arquidiocese, através de D. Duarte Leopoldo e Silva, foi convocada pelo governo do Estado para coordenar o serviço de assistência domiciliar “aos pobres e necessitados” (VIEIRA, 2016, p.75). Segundo o autor, os representantes da Igreja Católica penetraram no território da cidade, sobretudo nos bairros mais afastados para atuarem, tanto nos trabalhos espirituais, como a extrema unção e confissões, até servir de ponte entre a Assistência Pública e as áreas periféricas dos centros urbanos.

O papel desempenhado pelo corpo religioso na capital paulista não foi tão diferente da forma que se deu na cidade do Recife, que apesar de não ter conseguido operacionalizar uma ação sistemática, teve um papel crucial na distribuição dos recursos para assistência à pobreza da cidade. A empresa Pereira Carneiro, cujo proprietário era Conde Pereira Carneiro, fez uma vultosa doação de 100 contos de Réis ao Cardeal Arcoverde, no Rio de Janeiro, e 30 contos para D. Sebastião Leme, na capital pernambucana. Tanto em uma cidade, quanto na outra, os recursos foram doados e destinados às ações junto aos pobres daquelas localidades (A GAZETA, 27/10/1918, p. 3).

A geografia da distribuição desses recursos no Recife e o valor alocado para cada lugar coincide, tanto com a existência de paróquias na região, como a incidência dos doentes relatados anteriormente, que, por sua vez, dizia respeito também às áreas de pobreza daquele centro urbano. Assim, os vigários das regiões atingidas frontalmente pela Gripe, como o de São José, Afogados, Barro, Encruzilhada, Piedade, Beberibe, Várzea e Torre, receberam 2 contos por paróquia. Os vigários da Boa Vista, Graças, Olinda e Casa Forte, obtiveram um conto de réis, as paróquias da Torre e das Graças foram contempladas com quinhentos réis cada uma (A GAZETA, 27/10/1918, p. 3).

Doações também foram feitas aos operários das Fábricas de Paulista, Camaragibe, Macaxeira e Nathan, somando para cada unidade o valor de um conto (1:000\$000), além dos superiores do Colégio Nóbrega, dos Franciscanos, Capuchinhos, Salesianos e Carmelitas para serem distribuídos nas visitas que os religiosos fazem aos doentes pobres 500\$00 (A GAZETA, 27/10/1918, p. 3). As instituições da Santa Casa de Misericórdia, responsáveis pela manutenção dos hospitais responsáveis por receber a maior parte dos doentes, sobretudo uma população pobre que não tinha condições de receber visita de um médico particular, nem recorrer aos hospitais de maior importância, receberam ao todo 11 contos de réis. Os óbitos em hospitais ocasionados pelo surto de influenza de 1918 se deram sobretudo nos estabelecimentos desta instituição (A GAZETA, 27/10/1918, p. 3). Basta pontuar que a Beneficência Portuguesa, cuja clientela era um público mais abastado, se comparado aos hospitais Santa Casa, não registrou um óbito sequer durante a epidemia, apesar de ter transformado o seu salão nobre em uma imensa enfermaria.

Outras duas instituições que receberam recursos foi o Dispensário dos Pobres que recebeu cinco contos de réis, mais do que qualquer paróquia, e o Instituto de S. Vicente de Paula da Irmã Apoline, cujo recurso destinado foi de um conto. Este último foi fundado no ano de 1917 e “visava socorrer as viúvas pobres e honestas que têm vergonha de mendigar à caridade pública e assim sofrem com seus filhinhos a maior miséria” (JORNAL DO RECIFE, 27/07/1917, p. 3). Travava-se de uma obra tímida inicialmente, que atendia 25 mulheres, dirigida por uma freira, irmã Apoline, da ordem das “Filhas de Maria Servas da Caridade”, de carisma vicentino.

O Dispensário dos Pobres, dirigido pelo padre, também vicentino, Venâncio de Melo, fundado em fins de 1916, mas com atividade iniciadas no ano seguinte, tinha o intuito de criar uma ação sistemática junto à pobreza, fazendo uso de um sistema caritativo que visava distribuição de alimentos e roupas, pregações diárias, adorações noturnas, etc. No primeiro relatório enviado ao Arcebispo em 1917 o criador da instituição escreveu: “estamos atualmente socorrendo a mais de mil indigentes, a quem distribuimos gêneros alimentícios semanalmente [...] antes os pobres rezam ou cantam as orações e hinos, pelos benfeitores e ouvem uma pequena instrução e avisos” (LUSTOSA, 1969, p. 46). Havia ali a ideia de que as doações precisavam em troca a inserção de práticas caras ao catolicismo, e, quiçá algumas conversões para a Igreja.

É válido pontuar que ambas as instituições estavam localizadas em regiões marcadas pela informalidade urbana e pela pobreza, a primeira no bairro de Santo Amaro e a segunda nos Coelhos. O que reitera o argumento da expansão territorial da Igreja Católica naquele momento. Outras associações faziam movimento semelhante como a “Liga contra o analfabetismo”, que construía templos católicos e escolas nas regiões periféricas do centro urbano do Recife. Assim, a partir de agora me aproximarei da atuação de uma integrante do Dispensário dos Pobres, assistente do Pe. Venâncio, no intuito de refletir sobre o alcance dos catolicismos nos subúrbios do Recife durante a epidemia da Gripe Espanhola.

A irmã Maria Mercedes também era vicentina, como a irmã Apoline. Naquele ano de 1918 fazia pouco tempo dos votos perpétuos da freira, que desde muito cedo já se mostrava como uma católica atuante. Na juventude tinha os planos de formar-se em medicina, no entanto, com o falecimento da sua mãe o curso da sua vida mudou significativamente, dedicou-se aos numerosos irmãos, entrando para a vida religiosa apenas aos 29 anos de idade, o que era pouco comum para a entrada numa ordem (LUSTOSA, 1969, p. 68). Logo no início dos seus trabalhos passou a atuar como assistente do Pe. Venâncio, que havia chegado ao Recife no ano de 1915, primeiro como catequista e depois nas obras para a criação do Dispensário dos Pobres. No início desta obra social, Mercedes trabalhava no cotidiano da instituição, precisamente na coordenação e no atendimento ao público que frequentava o local. Ou seja, quando rebentou “influenza hespanhola” a freira já atuava na linha de frente junto à pobreza do Recife. Uma diferença, no entanto, foi marcada. Ao invés das ações serem realizadas na sede do Dispensário, tornou-se itinerante, num fluxo de distribuição de recursos aos necessitados, o socorro espiritual e eventualmente comunicação com a Assistência Pública.

No relatório encaminhado ao Pe. Venâncio a irmã Maria das Mercedes pontuava que não “houve distâncias, nem estradas ásperas, nem sol ou calor que pudessem obstar às visitas e trabalhos caridosos das almas dedicadas que nos auxiliaram, nessa ocasião”. E continuou: “a regra adotada então foi a seguinte: não há maior precaução contra a influenza do que visitar e socorrer os doentes”. As comissões designadas pelo Pe. Venâncio visitaram áreas como a dos “Coelhos, Ilha do Leite, Remédios, Afogados, Torre, Santo Amaro, Pombal e Encruzilhada, Feitosa, Matinha, Cordeiro, etc. distribuindo dinheiro, remédios...” (LUSTOSA, 1969, p. 83). No texto, Mercedes narrou detidamente a realidade desses lugares e a maneira como ela, representante da Igreja Católica, atuava dentro da instância paroquial e da assistência à pobreza. Em algumas das visitas aos bairros mencionados, foram registradas poucas informações. Deste modo, separei alguns trechos que podem ser elucidativos para o presente debate.

O início do percurso ocorreu no bairro dos Coelhos, onde funcionava o Dispensário. Nas primeiras visitas, segundo a irmã Mercedes, “procurava os doentes do corpo que eram, em verdade, em grande número, mas via que a miséria moral dessa pobre gente era ainda maior”. Nas palavras da freira, aquelas pessoas “à esmola material estendem a mão com avidez, mas quando se lhes fala do horror do pecado, na bondade divina, no valor da alma quase sempre respondem: depois, quando melhorar pensaremos nisso!” (LUSTOSA, 1969, p. 84-85), deixando certa insinuação de crítica aos sujeitos que tinham qualquer resistência da contrapartida espiritual que ela julgava oferecer ao doar os pecúlios àquelas pessoas, que, por sinal, somaram-se 40\$000 (quarenta réis).

Na ocasião da visita o próprio Pe. Venâncio se fazia presente e em um único dia realizou “cinco casamentos de pessoas que viviam mal e destes o Viático e a Extrema Unção a diversos, dentre os quais a um que parecia já morrer, o qual se confessou, se casou, recebeu o Viático e a Unção dos enfermos” (LUSTOSA, 1969, p. 85). O *modus operandi* dessa primeira visita acabou por dar a tônica das seguintes, com a diferença de que ao invés do Pe. Venâncio, os párocos de cada localidade responsabilizavam-se pelos trabalhos dos rituais específicos de sua função.

No bairro dos Remédios, que sequer fora mencionado tanto nas divisões administrativas de 1913, quanto nas ocorrências de óbito da Assistência Pública, a situação, segundo as palavras da Irmã Mercedes, era “miséria de corpo e de alma!”. Em uma das ruas “quase todos os moradores estavam vitimados pela terrível moléstia e muitos estavam moribundos”, em outra “nos fez sangrar o coração o estado de uma moça, simpática de 24

anos, se tanto, em um miserável mocambo, sobre uma cama imunda, sem um trapo, gritando desesperadamente” (LUSTOSA, 1969, p. 85). A distribuição dos recursos foi realizada diretamente às pessoas necessitadas, somado ainda uma longa lista de serviços espirituais: confissões, casamentos e batizados, entregue ao vigário local, que se responsabilizaria pelo cumprimento da tarefa.

No dia seguinte a freira seguiu para Santo Amaro, lugar que ficava à beira a linha férrea e majoritariamente marcado por mocambos e casas de taipa. Esta localidade possuía uma situação ainda mais complicada do que a encontrada no bairro anterior. Uma cena parece ter chamado atenção da Irmã Mercedes, e que também será útil para entender os vínculos que emergem da sua narrativa. Escreveu:

Havia três dias que [uma mulher] ali estava sem comer, nem beber. Vestimos a desventurada... forramos o chão, entregamos-lhe algum dinheiro, mandamos telefonar, chamando a assistência e em seguida nos retiramos, porque de todos os lados nos chamavam. Corríamos de um mocambo a outro, tapando o nariz, porque o fétido e os mosquitos não nos deixavam respirar. A maior parte dos doentes estavam em perigo de vida e não sabíamos o que fazer para chamar um padre que os confessasse. De coração implorei o Auxílio dos Cristãos, que viesse em socorro dessas pobres almas. Terminava apenas minha prece, quando alguém nos mostrou o Padre João Olímpio, que passava nessa ocasião. O padre continuou as visitas... mas a pobre abandonada não me saía do pensamento (LUSTOSA, 1969, p. 88).

A passagem escrita no relatório da freira Maria Mercedes sobre a situação da mulher em condição de vulnerabilidade deixa entrever a ausência quase absoluta de qualquer representante da Assistência Pública, ou agente da Higiene que tivesse poder decisório para mudar aquela realidade. A religiosa fez a ponte entre a necessidade hospitalar daquela pessoa, que possivelmente não tinha sequer condição de procurar ela própria auxílio pelas vias legais. Ao solicitar o telefonema visando o socorro emergencial, aquela representante da Igreja Católica fazia as vezes dos olhos do Estado, não é gratuito que no dia seguinte ela voltou para ver se a enferma havia sido encaminhada ao estabelecimento hospitalar, o que não havia ocorrido. Ela própria foi à Chefatura da polícia dizendo “que não [se] retiraria sem que chegasse o carro da assistência” (LUSTOSA, 1969, p. 88). Era a sinuosa fronteira de onde estava a Igreja e onde estava o Estado nessa primeira metade do século XX nos núcleos urbanos da América Latina.

Finalizado o trabalho naquela região partiu, no dia seguinte, para o bairro dos Afogados, que, como já se sabe, foi o mais atingido pela epidemia de acordo com o relatório feito por Otávio de Freitas. No entanto, na perspectiva da freira, outras áreas, como Santo Amaro e o bairro contíguo do Pombal, demonstravam estar em situação ainda mais crítica. Segundo Mercedes, “num lugar denominado Mira-mar [em Afogados], a epidemia tinha assolado de um modo assustador. E aí visitamos um grande número de doentes, distribuindo esmolas, roupas, remédios e tomando as necessárias notas para as confissões”. Tais assistências estavam untadas com o compromisso daqueles que recebiam as doações de se engajarem de algum modo nos ritos católicos e se inserissem na vida comunitária da Igreja.

É o caso, ali mesmo nos Afogados de “duas pobres velhas completamente abandonadas e que atacadas de influenza ali se tinham refugiado. Depois de lhes termos prestado os socorros necessários, mandamos prevenir o Revmo. Vigário, que, no dia seguinte, confessou-as. Ambas recobram a saúde e hoje são socorridas do Dispensário”. E, por fim, realizou a visita ao bairro da Encruzilhada, que pelo censo de 1913, concentrava o maior número de residências da cidade. Ali, como em outras áreas “a pobreza era grande e

só a custo podíamos dar vencimento a todos os chamados. Felizmente levava comigo uma zelosa Senhora de Caridade que prestou relevantes serviços aos desvalidos” (LUSTOSA, 1969, p. 89).

É oportuno comentar que embora a religião não obliterasse as querelas da Gripe Espanhola, e a irmã Mercedes aparentemente reconhecia seus limites nesse sentido, em suas palavras, servia para amenizar o sofrimento daquelas pessoas. Em alguns dos casos por ela narrado, a pessoa doente não recebia outro remédio que não uma confissão, ou outro rito, para curar-se da moléstia. Assim, na perspectiva da freira, as suas visitas possuíam a importância de realimentar a sua crença nos trabalhos que realizava em nome da Igreja. Além de deixar entrever um processo de expiação pessoal, de busca por santidade na realização destas ações.

Os eventos religiosos realizados durante aqueles dias em que a irmã Maria Mercedes frequentou tais subúrbios, como os batizados, casamentos, entre outros, estava longe das recomendações da Diretoria de Higiene, contribuindo com proliferação da “influenza hespanhola” e a devastação da sua passagem. Muitas pessoas foram contempladas com os recursos doados pelo Conde Pereira Carneiro, mas uma quantidade muito maior certamente ficou sem qualquer assistência tanto do poder público, quanto da própria Igreja Católica, mortos que sequer devem ter sido computados nos dados oficiais. Assim, a leitura do relatório escrito pela freira ao Pe. Venâncio possibilitou, portanto, uma perspectiva sobre a “influenza hespanhola” que não era comum tanto nos periódicos, quanto nos informes oficiais. As turbulências ocasionadas no mês de outubro foram se dissipando, de modo que já em novembro, não era incomum ver referências àqueles acontecimentos no passado, embora os seus desdobramentos no interior do Estado ocorressem até o ano seguinte.

Considerações Finais

A resposta dada pelas autoridades públicas ao enfrentamento da Gripe Espanhola, em 1918, foi semelhante em várias cidades do Brasil. Seja em São Paulo, com ações sistemáticas, seja em Salvador, ou no Recife (BERTUCCI, 2002; SOUZA, 2020). O grupo social mais atingido foi a população pobre e majoritariamente negra dos centros urbanos e de suas periferias, assim como os procedimentos para encarar a crise sanitária se tocavam em vários pontos. No entanto, este texto procurou dar ênfase a uma forma de atuação invisibilizada nas narrativas historiográficas, a dos agentes da Igreja Católica. Nesse sentido, o foco deu-se muito mais no processo do que na forma. De como homens e mulheres, dentro de suas realidades sociais, imprimiram suas visões de mundo na forma de lidar com uma pandemia como foi a de 1918.

É possível que ao final dos dias críticos do mês de outubro D. Sebastião Leme tenha realizado alguma celebração de agradecimento a São Sebastião, tal qual mencionado nas páginas iniciais deste texto. O certo é que o vigário da recém criada paróquia de Beberibe realizou “uma procissão de penitência” que reuniu nada menos que 3.000 pessoas, de acordo com a *Tribuna Religiosa* (07/11/1918, p. 2), mesmo que muitos sacerdotes continuassem enfermos, ou mesmo mortos em decorrência da epidemia (TRIBUNA RELIGIOSA, 14/11/1918, p. 2). E esse parece ser uma expressão fundamental da atuação dos representantes da Igreja Católica nesse contexto. As condições sanitárias são muitas vezes colocadas em segundo plano, enquanto a emergência para realização dos ritos católicos aparecia como protagonista, muitas vezes em um extenso monólogo.

E é a dualidade central trazida nesse texto: a relação entre a miséria material e a “espiritual”. Foi o combate a esse binômio que constituiu as linhas centrais de atuação dos

religiosos e das religiosas vinculados à Cúria Romana durante a epidemia de Gripe Espanhola. As narrativas construídas por estes sujeitos estavam centradas na tentativa de reconhecer o desprendimento deles próprios frente ao ofício que desempenhavam, quase sempre homogeneizando àqueles com os quais lidavam diretamente.

São corpos cujos nomes viravam parte de uma coletividade: “o pobrezinho”, a “moça”, “duas velhas”, “o moribundo”, etc. Enquanto os agentes que produziam estas classificações são vistos, segundo eles próprios, como pessoas de “prontidão admirável” no socorro “aos pobres doentes”. Que atuaram tão fortemente que “não se ouviu dizer de um só doente que morresse sem os sacramentos, por negligência ou fadiga dos sacerdotes. Atacados do mal quase todos eles, ainda assim saiam do leito para a rua, a fim de confortar os que se debatiam nas vascas da morte” (TRIBUNA RELIGIOSA, 21/11/1918, p. 1). Narrativas como estas podem ser interpretadas de maneiras diversas, ou, ao menos, lidas com mais cuidado observando o seu lugar de produção. Porém, há uma dimensão, a meu ver, importante a ser destacada: qual o impacto da epidemia de Gripe Espanhola para atuação posterior da Igreja Católica?

É difícil responder a esta pergunta, mas é possível fazer algumas ponderações a respeito. A pandemia de 1918 ocorreu em um momento no qual, tanto a Igreja, quanto a cidade, passavam por mudanças significativas. Com isto, já havia um direcionamento das ações em direção às áreas periféricas dos centros urbanos. No entanto, acredito que a experiência com esta calamidade pública, possibilitou um conhecimento mais profundo do território por parte de alguns religiosos, como o próprio Padre Venâncio e a sua Companhia de Caridade.

Um exemplo disto, e talvez da conexão entre as relações de crença e a experiência de 1918, é o caso do Sítio da Macacheira [Sic], situado no bairro de Santo Amaro, região muito pobre do Recife. No ano de 1926, quando o frade franciscano Casimiro Brochtrup (OFM) decidiu montar ali uma obra social, havia difundida na localidade que a efeméride do dia de São Sebastião deveria ser celebrada não no mês de janeiro, como acontece normalmente nos dias de hoje, mas em novembro.

Segundo o religioso, “No dia 15 de novembro de 1926, celebrei a primeira missa em louvor de S. Sebastião, missa campal, porque não havia Capela neste lugar”, e observou que “o povo festejavam [sic] S. Sebastião no dia 15 de novembro em virtude de uma promessa que o povo tinha feito, quando a gripe grassou no meio dos habitantes deste lugar”, argumentando que tendo o santo, “Ouvido a súplica de fazer desaparecer a gripe o povo comprometeu-se mandar celebrar uma missa no dia 15 de novembro fazendo um mês inteiro antes uma novena em louvor do mesmo Santo”⁵ (BOCHTRUP, 1936). Isto representava uma das marcas deixadas nas comunidades e, por conseguinte, na relação que desenvolvia com os representantes da Igreja local. Era o oitavo ano de celebração consecutivo pelo fim da Gripe Espanhola comemorado umbilicalmente com os pressupostos apontados por D. Sebastião Leme, citado no início deste texto.

Nos anos posteriores ao de 1918, o fenômeno social da expansão das paróquias continuou a ganhar força, assim como as associações religiosas distribuídas em diversas localidades, estimulando outras práticas sociais inseridas nessas relações. Desse modo,

⁵ A referência a São Sebastião vai muito além do fato de ser homônimo ao Arcebispo de Olinda e Recife, mas refere-se à atribuição do santo como protetor contra a peste e as epidemias. Esta fama teria se consolidado em 680 d.C., quando o traslado das relíquias de São Sebastião para a Basílica de São Paulo teria dizimado uma epidemia que acontecia em Roma naquele momento. Em diversas outras ocasiões relatos semelhantes aconteceram. Na própria pandemia de COVID-19 a CNBB publicou em sua página a necessidade de rezar a oração de São Sebastião em decorrência do estado sanitário global. Ver: <https://www.cnbb.org.br/sao-sebastiao-contra-a-pestes-a-fome-e-a-guerra/>

entender os enredamentos Igreja Católica, Gripe Espanhola e as áreas periféricas do Recife pode abrir novas chaves de análise para outras interpretações da própria história do catolicismo e da fronteira entre esta dimensão e os limites estatais, de práticas de assistência social.

Referências

Fontes

BOCHTRUP, fr. Casimiro. *Crônica da Missão de S. Sebastião da Macaxeira*. [Manuscrito, V.I, Arquivo da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil]

A Província, 08/10/1918, p.2. [Biblioteca Nacional]

A Gazeta, 06/10/1918, p.3. [Arquivo D. Lamartine]

A Gazeta, 27/10/1918, p.3. [Arquivo D. Lamartine]

Jornal do Brasil [RJ], 10/01/1918, p.1. [Biblioteca Nacional]

Jornal Pequeno, 07/10/1918, p.1. [Biblioteca Nacional]

Jornal do Recife, 27/07/1917, p.3. [Biblioteca Nacional]

Tribuna Religiosa, 24/10/1918, p.1. [Arquivo D. Lamartine]

Tribuna Religiosa, 17/01/1918, p.1. [Arquivo D. Lamartine]

Tribuna Religiosa, 10/10/1918, p.1. [Arquivo D. Lamartine]

Tribuna Religiosa, 07/11/1918, p.2. [Arquivo D. Lamartine]

Tribuna Religiosa, 14/11/1918, p.2. [Arquivo D. Lamartine]

Tribuna Religiosa, 21/11/1918, p.1. [Arquivo D. Lamartine]

Livro de Crônicas do Convento de Santo Antônio do Recife, 1912-2005. [Arquivo da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil].

Bibliografia

AASSVE, Arnstein; ALFANI, Guido; GANDOLFI, Francesco; MOGLIE, Marco Le. Epidemics and the trust: the case of the Spanish Flu. *Health Economics*, p. 01-18, 2021.

ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de. Sobre a Pastoral do Exmo. D. Leme. In. PIRES, Heliodoro (Hilderbrando). *Visões e Ressonâncias*. Campinas: Typ. Livro Azul, 1917.

ALVES, Gabriella Chalegre. “*É hora de surgir do sono, de despertar da inércia [...] E fazer florescer a nossa religião*”: a restauração católica no sertão e agreste pernambucano. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

- BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil 1870-1930. In: AZZI, Riolando (org.) *Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983, p. 85-128.
- BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- BRITO, Saturnino de. *Saneamento de Recife: descrições e relatórios – 1º Tomo*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1943.
- EDWARDS, Lisa. *Roman Virtues: the education of Latin American Clergy in Rome – 1858-1962*. New York-Washington: Peter Lang, 2011.
- FARIAS, Alexandre. *Jornalismo à espanhola: um olhar sobre o noticiário recifense da epidemia de gripe de 1918*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.
- FISCHER, Brodwyn. A ética do silêncio racial no contexto urbano: políticas públicas e desigualdade social no Recife (1900-1940). *Anais do Museu Paulista*, vol. 28, p. 01-45, 2020.
- FREITAS, Otávio. *Os trabalhos de hygiene em Pernambuco*. Recife: Imprensa Oficial, 1919.
- FREITAS, Otávio. *Relatório dos serviços efetuados durante a epidemia da Influenza*. Recife: Imprensa Oficial, 1918.
- GHIO, José Maria. *La Iglesia Católica en la política argentina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.
- JUNQUEIRA, João José de Oliveira. *Fala em que o Exm. Presidente da Província, João José de Oliveira Junqueira apresentou na Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco em 1º de março de 1871, p. 32*.
- LONDOÑO-VEGA, Patricia. *Religion, Culture, and Society in Colombia: Medellín and Antioquia 1850-1930*. Oxford: Claredon Press, 2002.
- LUSTOSA, A. Almeida. *Traços biográficos do Padre José Venâncio de Melo*. Recife: Ed. do autor, 1969.
- MELO, Mário Lacerda de. *Pernambuco: traços de sua geografia humana*. Recife: Jornal do Commercio, 1940.
- MICELI, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MOURA, Carlos André S. de; MARROQUIM, Dirceu S. M; HELGEN, Erica. *Histórias transnacionais: intelectuais, devoções e ordens católicas na América Latina durante o século XX*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império, Vol.1*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897.
- PERNAMBUCO, Diretoria de Estatística de. *Anuário Estatístico de Pernambuco*. Recife: Typ. Oficial, 1928.
- PIRES, Heliodoro (Hilderbrando). *Visões e Ressonâncias*. Campinas: Typ. Livro Azul, 1917.

PONTUAL, Virgínia. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 21, n. 42, p. 417-434, 2001.

RAMACCIOTI, Ricardo D. Cubas. *The Politics of Religion and the Rise of Catholicism in Peru (1884-1935)*. Leiden/Boston: Brill, 2018.

RECIFE, Prefeitura Municipal do. *Boletim do Porto e da Cidade do Recife*. Recife: DEPT, N.2, 1943.

RECIFE, Prefeitura Municipal do. *Lei n. 1.051 de 11 de setembro de 1919*. Recife: Typ. Oficial, 1919.

RECIFE. *Recenseamento realizado em 12 de outubro de 1913, por determinação do prefeito Eudoro Corrêa e sob a direção do Dr. Alfredo Vaz de Oliveira Ferraz*. Recife: Escola de Profissionais do Colegio Salesiano, 1915.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2020.

SERBIN, Keneth P. *Padres, Celibato e Conflito Social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

SILVA, Alexandre Caetano da. *Recife, uma cidade doente: a gripe espanhola no espaço urbano recifense (1918)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

SOLANS, Francisco Javier Ramón. The Creation of a Latin American Catholic Church: Vatican Authority and Political Imagination, 1854-1899. *Jornal of Ecclesiastical History*, vol. 71, n. 2, p. 316-336, 2020.

SOUZA, C. M. C. de: A gripe espanhola em Salvador, 1918: cidade de becos e cortiços. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 12, n. 1, p. 71-99, 2005.

SOUZA, C. M. C. de. A ceifa da gripe espanhola entre os trabalhadores pobres e os miseráveis da Bahia (1918-1919). *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, vol. 12, p. 01-21, 2020.

TANAKA, Giselle Megumi Martino. *Periferia: conceito, práticas e discursos*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

TEVES, Matias. OFM. *Entre os Mocambos do Recife*. Salvador: Ed. Mensageiros da Fé, 1946.

VIANNA, Antônio Joaquim Barbosa. *Recife Capital do Estado de Pernambuco*. Recife: Ed. do autor, 1900.

VIEIRA, Dilermando Ramos. *História do Catolicismo no Brasil (1889-1945): Vol. II. Aparecida (SP)*: Ed. do Santuário, 2016.

Notas de autoria

Dirceu Marroquim é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, e através do programa CAPES/Print, foi PhD Research Fellow na Universidade de Yale (2020), na Yale Divinity School. É professor no Departamento de Fundamentos Sóciofilosóficos da Educação

na UFPE e Sócio Efetivo do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). E-mail: dirceu.marroquim@usp.br

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

MARROQUIM, Dirceu Salviano Marques. Igreja católica, “influenza hespanhola” e áreas de pobreza no Recife – PE (1918). *Sæculum – Revista de História*, v. 28, n. 48, p. 25-44, 2023.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 08/09/2022.

Modificações solicitadas em 22/03/2023.

Aprovado em 07/04/2023.